

## ARTIGOS DOSSIÊ

Nádia Narcisa de Brito Santos<sup>I</sup>  
José Petrucio de Farias Júnior<sup>II</sup>

### Um mosaico historiográfico dos estudos sobre o livro didático de História e a História da África

A historiographical mosaic of studies on History textbooks and the History of Africa

#### RESUMO:



Os estudos sobre o livro didático de História emergem como uma rica tapeçaria de investigações, revelando camadas de significados que ultrapassam a mera função pedagógica desse instrumento educacional. Nosso objetivo fora mapear e problematizar o escopo epistemológico que permeia a historiografia voltada para o livro didático de História, investigando as questões e as reflexões no que tange à temática da História da África nas pesquisas acadêmicas realizadas entre 2008 e 2021, disponíveis no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). O recorte temporal justifica-se por englobar os anos em que foram publicados os trabalhos acadêmicos que abordam o tema em estudo. A metodologia utilizada foi a análise documental, com foco nas teses e dissertações disponíveis no repositório da CAPES. A pesquisa fora orientada por uma perspectiva decolonial (Maldonado-Torres, 2018), (Quijano, 2000) e da afrocentricidade (Asante, 2009). Notamos que os trabalhos analisados convergem para a percepção de que a África e seu povo ainda são, em certa medida, representados de forma estereotipada, mesmo com tentativas esporádicas de colocá-los como protagonistas de sua própria história. No entanto, essas abordagens ainda se afastam do que Asante (2009) define como afrocentricidade, ou seja, a centralização dos africanos e africanas na narrativa histórica, em pé de igualdade com os demais povos do nosso sistema-mundo. Embora algumas mudanças tenham ocorrido com a implementação da Lei nº 11.645/2008, os autores são unânimes em afirmar que a prática pedagógica se configura como forma de resistência e transformação de tais narrativas.



**Palavras-chave:** História; Ensino de História; Livro didático de História; História da África

#### ABSTRACT:

Studies in history textbooks have emerged as a rich tapestry of research, revealing layers of meaning that go beyond the mere pedagogical function of this educational tool. Our goal was to map and problematize the epistemological scope that permeates the historiography focused on the history textbook, investigating the issues and reflections regarding the theme of African History in academic research carried out between 2008 and 2021, available in the repository of the Coordination for the Improvement of Higher Education (CAPES). The time frame is justified because it encompasses the years in which the academic works that address the topic under study were published. The methodology used was documentary analysis, focusing on the theses and dissertations available in the CAPES repository. The research was guided by a decolonial perspective (Maldonado-Torres, 2018), (Quijano, 2000) and Afrocentricity (Asante, 2009). We note that the works analyzed converge on the perception that Africa and its people are still, to a certain extent, represented in a stereotyped way, even with sporadic attempts to place them as protagonists of their own history. However, these approaches are still far from what Asante (2009) defines as Afrocentricity, that is, the centralization of Africans in the historical narrative, on an equal footing with the other peoples of our world-system. Although some changes have occurred with the implementation of Law 11.645/2008, the authors are unanimous in stating that pedagogical practice is a form of resistance and transformation of these narratives.

**Keywords:** History; History teaching; History textbooks; History of Africa

<sup>I</sup> Mestre em História e Letras pela Universidade Estadual do Ceará; Doutoranda; Universidade Federal do Piauí , Teresina, PI, Brasil. [nadiabrito45@hotmail.com](mailto:nadiabrito45@hotmail.com),  <https://orcid.org/0000-0001-5197-5826>

<sup>II</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista; Professor; Universidade Federal do Piauí , Picos, PI, Brasil. [petruciojr@terra.com.br](mailto:petruciojr@terra.com.br),  <https://orcid.org/0000-0002-7631-0705>

## INTRODUÇÃO

No vasto campo da historiografia, os estudos sobre o livro didático de História emergem como uma rica tapeçaria de investigações, revelando camadas de significados que ultrapassam a mera função pedagógica desse instrumento educacional. Ao longo das décadas, pesquisadores têm desvelado as múltiplas facetas do livro didático, analisando-o não apenas como um recurso didático, mas como um espelho das correntes ideológicas, culturais e políticas que atravessam a sociedade em diferentes momentos históricos.

Este panorama historiográfico nos instiga a explorar as complexas e entrelaçadas trajetórias das pesquisas que se debruçam sobre o livro didático de História, com um foco particular na temática da História da África. Nosso objetivo, portanto, é mapear e problematizar o escopo epistemológico que permeia a historiografia voltada para o livro didático de História, investigando as questões e as reflexões em torno do tema História da África nas pesquisas acadêmicas realizadas entre 2008 e 2021, disponíveis no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). O recorte temporal de 2008 a 2021 justifica-se por englobar os anos em que foram publicados os trabalhos acadêmicos que abordam o tema em análise neste estudo.

As produções do repositório da CAPES abrangem teses e dissertações desde 2002 até os trabalhos mais recentes. Embora oficializado em 2017, o sistema reúne pesquisas de programas de pós-graduação públicos e privados, incluindo obras mais antigas já digitalizadas. Assim, o acervo apresenta grande variação temporal. Além disso, trata-se do sistema online oficial do governo brasileiro, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), para o depósito de teses e dissertações nacionais (CAPES, 2020).

Nossa análise busca não apenas identificar as formas de tratamento do conhecimento histórico escolar referente à História da África e seu povo nos livros didáticos de História, mas também compreender as dinâmicas epistemológicas e historiográficas que moldam essas produções acadêmicas, revelando as tendências, os desafios e as contribuições desse corpo de estudos para a educação histórica e para a ampliação do conhecimento histórico sobre a África nas escolas brasileiras.

A metodologia utilizada foi a análise documental, com foco nas teses e dissertações disponíveis no repositório da CAPES. A coleta dos dados foi realizada por meio dos seguintes descritores, no buscador do repositório<sup>1</sup>: livro didático de História no século XIX (57 resultados); História da África no livro didático (11 resultados); Livro didático de História e história da África (24 resultados).

Complementando a pesquisa documental,

utilizamos a análise de conteúdo “[...] com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada levando à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre suas condições de produção e recepção.” (MORAES apud LARA; MOLINA, 2011, p. 147). Esse método permitiu uma leitura crítica e sistemática dos materiais selecionados, identificando padrões, temas recorrentes e significados implícitos nas pesquisas analisadas. Através dessa abordagem foi possível evidenciar como esses objetos culturais têm sido tratados na academia e quais perspectivas têm prevalecido ao longo do tempo.

A análise fora orientada por uma perspectiva decolonial, com intuito de problematizar as narrativas eurocêntricas e colonialistas presentes na historiografia do livro didático de História no que tange à História da África. Esse enfoque permitiu analisar as relações de poder e a construção de saberes, destacando as vozes e perspectivas marginalizadas, especialmente no que se refere à história da África. Assim, foi possível oferecer uma crítica fundamentada às formas de conhecimento que têm moldado a produção e o uso dos livros didáticos no cenário escolar brasileiro (MALDONADO-TORRES, 2018); (QUIJANO, 2000).

A reflexão também está alicerçada no paradigma da afrocentricidade, a qual, grosso modo, busca trazer à tona as contribuições e perspectivas africanas para a história mundial, destacando o

papel central da África e da diáspora africana na construção do mundo global. Ela coloca as experiências e conhecimentos de africanas e africanos no centro da análise histórica (ASANTE, 2009). Nossa pretensão não é assumir uma postura de recusa imprudente e descuidada a autores e teorias advindas do mundo europeu, tampouco de rejeição irrefletida a um cânone da historiografia. Propomo-nos, sobretudo, a indagar de que modo se perpetua o conhecimento histórico escolar acerca do ensino de história da África nos livros didáticos de História.

O texto está estruturado em duas partes, a saber: 1) *Horizontes do livro didático de História e o ensino da história da África* e 2) *O mosaico historiográfico do livro didático de História*. Na primeira parte, apresentamos um panorama explicativo sobre a inserção do livro didático na escola, destacando sua relevância na construção do conhecimento histórico escolar, com um foco particular na história da África. Na segunda parte, realizamos uma análise das produções historiográficas disponíveis no repositório da CAPES, relacionadas ao tema em estudo.

## HORIZONTES DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

O livro didático possui uma presença que se estende ao longo dos séculos no cenário educacional brasileiro, consolidando-se como um elemento fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Sua importância transcende a mera função de suporte pedagógico, tornando-se um símbolo da prática educativa, profundamente enraizado no imaginário de estudantes, pais, responsáveis e professores. Como ressalta Bittencourt (2008), o livro didático se transformou em um objeto quase inseparável das atividades de ensinar e aprender, refletindo não apenas as diretrizes curriculares, mas também as expectativas sociais sobre a educação formal.

Os primeiros livros didáticos, chamados de compêndios<sup>2</sup>, surgiram no século XIX para o ensino secundário<sup>3</sup>, após a chegada da família real em 1808. Inicialmente, eram comprados pelos próprios estudantes ou suas famílias. A partir da década de 1970, com novas políticas educacionais e o acordo MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID), as editoras passaram a receber apoio financeiro para a produção desses materiais, sob coordenação do Conselho Nacional do Livro Didático.

A inserção desse material no cotidiano escolar não ocorreu de maneira espontânea, sendo fruto de um longo processo histórico marcado por disputas políticas, econômicas e debates sobre o papel da educação na formação da sociedade brasileira. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>4</sup>, criado em 1985, tornou-se uma importante política pública voltada à distribuição gratuita de livros para escolas públicas. Seu objetivo foi democratizar o acesso aos materiais didáticos e padronizar parte dos conteúdos oferecidos, especialmente para estudantes de baixa renda. Essa iniciativa também ampliou as tiragens das editoras e suas vendas ao governo (CASSIANO, 2007).

Essa política pública, como destaca Cassiano (2007), não apenas ampliou o acesso ao conhecimento, mas também contribuiu para a padronização<sup>5</sup> dos conteúdos escolares, criando um padrão de referência nacional que orienta tanto as práticas pedagógicas quanto a formação inicial e continuada dos docentes. A centralidade do livro didático no sistema de ensino brasileiro também reflete as tensões e contradições presentes nas políticas educacionais.

Desse modo, os livros didáticos são produtos de um esforço colaborativo que envolve múltiplos agentes, como autores, revisores, diagramadores e editores. Esse processo de criação é complexo e passa por diversas etapas, incluindo a edição, revisão, submissão ao PNLD, avaliação e,

finalmente, a aprovação e escolha pelos docentes nas escolas públicas do nosso país. Somente após essa jornada multifacetada e rigorosa é que esses materiais chegam, de fato, às mãos dos estudantes brasileiros.

Consideramos, portanto, que as investigações que consideram o livro didático como uma fonte histórica são tão complexas quanto qualquer outro gênero discursivo. A narrativa histórica que encontramos nos livros didáticos não é fruto de um único autor; trata-se de uma produção coletiva. Essa diversidade de contribuições muitas vezes dificulta a identificação da influência individual de cada um. Ademais, a narrativa é moldada não apenas pelas marcas de autoria e preferências da editora, mas também pelas interferências do mercado e pelas diretrizes dos livros didáticos mais vendidos anteriormente. Isso reflete as preferências de professores junto à força da opinião pública, das inclinações ideológicas de discentes, pais e da mídia (FARIAS JUNIOR, 2022).

Choppin (2004) nos alerta para a importância desse processo, destacando que a concepção que o educando tem sobre seu lugar no mundo, assim como sua inserção no sistema-mundo<sup>6</sup> global, é moldada ao longo de sua trajetória escolar. Nesse cenário, os livros didáticos desempenham um papel fundamental na formação dessas percepções, pois são responsáveis por transmitir os saberes considerados “essenciais” que compõem o

currículo oficial e que impactam diretamente as experiências de aprendizado de crianças e jovens.

Nesse sentido, segundo Bittencourt (2008), o livro didático é um portador de preceitos que produz significados e valores que permeiam tanto a obra em si quanto a sociedade na qual está inserida. Ele atua como um suporte na construção da narrativa histórica de um povo e de um lugar, representando e influenciando as percepções e comportamentos sociais. Os livros didáticos, portanto, não são meros veículos de transmissão de conhecimento, mas sim agentes ativos na formação de identidades, na consolidação de memórias coletivas e na promoção de valores que permeiam a sociedade contemporânea.

Conforme discorre Choppin (2004), o livro didático desempenha uma função documental no cenário educacional. Para nós, historiadores, ele não apenas serve como um suporte pedagógico, mas também como um repositório rico que abriga uma variedade de outros documentos e manifestações culturais. Essa multifuncionalidade transforma o livro didático em uma fonte fecunda para a análise da cultura escolar e do ensino de História, permitindo um olhar mais aprofundado sobre os processos de formação de saberes e valores no ambiente educacional.

Ao funcionar como um depósito de documentos, o livro didático oferece uma perspectiva abrangente das narrativas históricas que moldam o

currículo escolar. Ele incorpora diversas vozes e experiências, refletindo as complexidades e contradições da história social. Essa dimensão documental é particularmente importante, pois possibilita a investigação das formas como a história é ensinada e compreendida, revelando não apenas os conteúdos programáticos, mas também as ideologias subjacentes que permeiam a educação formal.

No que tange à história da África e à incorporação dessas discussões nos livros didáticos, é imprescindível reconhecer que a produção historiográfica realizada no Brasil, conforme aponta Costa e Silva (2002), só iniciara de maneira efetiva a partir dos anos 2000<sup>7</sup>. Antes disso, grande parte das pesquisas sobre a África no Brasil estava centrada em temas relacionados ao tráfico de escravos e à sociedade escravagista. Essa renovação no modo de pensar e conceber a África e seu povo chegara às escolas brasileiras a passos lentos, por meio da criação da Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 e tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio públicos e particulares (BRASIL, 2003)<sup>8</sup>.

A legislação foi regulamentada pela Resolução nº 1/2004 do CNE, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Posteriormente,

a Lei nº 11.645/2008 ampliou essas diretrizes ao incluir a obrigatoriedade do ensino da temática indígena, determinando que conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas sejam trabalhados em todo o currículo escolar, especialmente em artes, literatura e história (BRASIL, 2008).

Compreendemos que a implementação efetiva e emancipatória dessa lei possibilita combater o racismo estrutural<sup>9</sup>, promover a equidade racial e valorizar a contribuição dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas para a formação da sociedade e da história brasileira. Após mais de 20 anos de sua criação, a efetivação da Lei nº 10.639/2003 no âmbito escolar tem sido um curso gradual, com avanços significativos em alguns aspectos, mas desafiadores em outros, tais como a formação de professores, a produção de materiais didáticos adequados e a efetiva inclusão dos conteúdos no currículo escolar<sup>10</sup>.

No entanto, a referida lei ainda é considerada um importante instrumento legal para promover a valorização da diversidade étnico-racial e o combate ao racismo<sup>11</sup> nas escolas brasileiras, haja vista que as terras do Brasil receberam pelos seus portos mais de cinco milhões de africanas e africanos que foram escravizados e deixaram seus descendentes pelo país (Costa e Silva, 2002). Os diversos grupos étnicos traziam consigo ideias, histórias, culturas e estruturas religiosas únicas (Klein,

2006). Corroboramos com Costa e Silva (2002) ao afirmar que muitos dos estudos sobre a história da África no Brasil foram realizados a partir de uma perspectiva brasileira, influenciados pelas experiências da diáspora africana e pela história da escravidão no país. Tais estudos tendem a focar a relação entre a África e o Brasil, especialmente no tangente à escravidão e à mestiçagem<sup>12</sup>.

A seguir, apresentamos o mapeamento e a análise do escopo epistemológico dos materiais didáticos referentes à história da África e seu povo.

## O MOSAICO HISTORIOGRÁFICO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Diversos estudiosos têm se debruçado sobre a análise dos livros didáticos de História<sup>13</sup>, e no repositório da CAPES, identificamos 1.798 (mil setecentos e noventa e oito) trabalhos acadêmicos, entre teses e dissertações, dedicados a esse material, abrangendo pesquisas de Norte a Sul do Brasil. Grande parte desses estudos pertence a outras áreas do conhecimento, especialmente aos Programas de Pós-graduação em Educação. Isso relega não apenas à limitação da pesquisa, mas também encaminha restrições às atividades do ensino de História, exclusivamente aos pedagogos e/ou historiadores com mestrado e/ou doutorado em Educação.

Segundo Ferreira (2016), menos da metade dos trabalhos produzidos nos Programas de Pós-

graduação em História tem o ensino de História como área de concentração ou linha de pesquisa<sup>14</sup>. Essa realidade impõe não apenas uma limitação à pesquisa, mas também restringe o desenvolvimento das atividades pedagógicas em História, criando uma lacuna significativa na formação dos futuros educadores e na construção do conhecimento histórico científico e escolar.

Em um período recente, especialmente no final da primeira e no início da segunda década do século XXI, observou-se um crescimento notável dos programas de mestrado e doutorado profissionais em História<sup>15</sup>, que aliam a formação acadêmica à prática docente do professor de História. Tais iniciativas emergem como um esforço contínuo da comunidade de historiadores para valorizar e aprofundar a pesquisa e o ensino de História, a fim de construir uma produção acadêmica que enriqueça a compreensão crítica do passado e sua relevância para o tempo presente.

Ao mapear a base de dados da CAPES, utilizamos o descritor *livro didático de História no século XIX*, o que gerou cinquenta e sete resultados, mas apenas um desses trabalhos fazia referência específica ao livro didático de História e à história da África. Quando utilizamos os descritores *História da África no livro didático* e *livro didático de História e história da África*, obtivemos, respectivamente, onze e vinte e quatro resultados, incluindo tanto teses quanto dissertações. No entanto, desses trinta e

cinco trabalhos, apenas dezenove faziam referência direta ao livro didático de História em relação à história da África. Assim, a Tabela 1 lista os dezenove trabalhos encontrados, detalhando o ano de publicação/defesa, a instituição de vínculo, a tipologia (tese ou dissertação), o autor e o título de cada obra.

Tabela 1 - Livro didático de História e a história da África

NO	VÍNCULO	TIPOLOGIA	AUTOR	TÍTULO
008	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2 Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo.	Tese	Alfredo Boulos Júnior	Imagens da África, dos africanos e seus descendentes em coleções didáticas aprovadas no PNLD de 2004.
009	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2 Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Vitória da Conquista.	Dissertação	Jorgeval Andrade Borges	Âmbigua África, memórias e representações da África antiga no livro didático: Egito, reinos e impérios africanos.
012	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2 Programa de Pós-graduação em Educação. Rio de Janeiro.	Tese	Cinthia Monteiro de Araújo	Por Outras Histórias Possíveis: em busca de diálogos interculturais em livros didáticos de Histórias.
013	Universidade Federal de São João Del-Rei, Programa de Pós-graduação em Educação. Minas Gerais	Dissertação	Cristina Carla Sacramento	De “gente da África” a “nossos irmãos”: quem são os negros nos livros didáticos de História do Brasil de Rocha Pombo e Viriato Corrêa?
015	2 Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.	Dissertação	Alexandre Ferreira de Oliveira	A África, o negro e os afrodescendentes: uma proposta de avaliação da sua presença no livro didático.
015	Universidade Federal de Minas Gerais, Programa 2 Pós-graduação em Educação. Belo Horizonte.	Dissertação	Pedro Berutti Marques	Análise da história da África em livros didáticos em face do conceito de civilização no contexto de recepção da lei 10.639.
016	Universidade do Oeste Paulista, Programa de 2 Pós-graduação em Educação. Presidente Prudente.	Dissertação	Alice Rosa de Sena Ferrari	A África e os africanos em livros didáticos de história: entre prescrições e realizações.
016	Universidade Federal de Tocantins, Programa 2 de Pós-graduação, Mestrado Profissional em História. Araguaína.	Dissertação	Emanuela de Moraes Silva	Ensino de história em debate: a história da África e cultura afrobrasileira no livro didático e a escola José Caetano dos Santos na comunidade quilombola São Vitor – São Raimundo Nonato – Piauí.
018	Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2018.	Tese	Pedro de Souza Santos	A história da África e cultura africana e afro-brasileira em livros didáticos da Educação de Jovens e Adultos.
018	Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado Profissional em Ensino de História. Recife.	Dissertação	Elisângela Coêlho da Silva	A história da África na escola, construindo olhares “outros”: as contribuições do manual do professor do livro didático de História do Ensino Médio.
018	Universidade do Estado da Bahia, Programa de 2 Pós-graduação em Crítica Cultural. Alagoinhas.	Dissertação	Ailton Leal Pereira	Livro didático de história do nono ano afinal, de qual África ele fala?
018	Universidade Federal de Pelotas, Programa de 2 Pós-graduação em História. Pelotas	Dissertação	Anelise Domingues da Silva	A História da África em uma coleção de Livros Didáticos produzidos para o PNLD/EM (2008 – 2017).
019	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2 Programa de Pós-graduação em Psicologia da Educação. São Paulo.	Dissertação	Pedro Sérgio Pereira	A África e a população negra nos livros didáticos de História do Brasil: um estudo de obras didáticas para o ensino fundamental II.
019	Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2 Programa de Pós-graduação em Educação. Campinas.	Dissertação	Gisele Maria Beloto	Material didático de História com vista à lei nº 10.639/03: uma construção de política educacional.

Tabela 1 - Conclusão

NO	VÍNCULO	TIPOLOGIA	AUTOR	TÍTULO
019	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2 Programa de Pós-graduação em Ensino. Vitória da Conquista, Bahia.	Dissertação	Rosivania de Jesus Costa	O ensino de História das Áfricas e o livro didático: discursos, representações e o governo da conduta docente.
020	Universidade Federal do Maranhão, Programa 2 de Pós-graduação em História. São Luís.	Dissertação	Ivã Dutra Lima	Representações da população negra na coleção história, sociedade e cidadania, para o ensino fundamental maior (2017 - 2019).
020	Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestrado Profissional em Ensino de História. Natal	Dissertação	Artur Sérgio de Sousa Barbosa	O ensino de história para uma educação das relações étnico-raciais: a história da África para além do livro didático.
021	2Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em História. Brasília.	Tese	Adínia Santana Ferreira	A história da África nos livros didáticos: reflexões sobre o PNL D 2018.
021	Universidade Federal do Sul da Bahia, Programa 2 de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais. Porto Seguro.	Dissertação	Serinaldo Oliveira Araújo	(Re)aprendendo a história da África: análise do processo de imperialismo e descolonização africana no livro didático de história.

Fonte: Autores (2025)

A Tabela 1 apresenta um panorama das pesquisas produzidas entre 2008 e 2021 sobre a presença da história da África nos livros didáticos brasileiros. O ano de 2018 concentra o maior número de estudos (quatro), indicando um pico de interesse acadêmico. Em 2019, há três trabalhos; já 2015, 2016, 2020 e 2021 registram dois estudos cada. Nos anos de 2008, 2009, 2012 e 2013 aparece apenas um trabalho por ano. Apesar das variações, observa-se um interesse contínuo — ainda que irregular — pela temática, evidenciando sua crescente relevância na educação e na historiografia brasileira.

Dentre os dezenove trabalhos analisados, quatro são teses e quinze dissertações. Esses estudos estão distribuídos por diversas instituições de Ensino Superior, públicas e particulares em

todo o país, com uma concentração significativa em programas de pós-graduação na área de Educação, que somam nove trabalhos. Em seguida, encontramos quatro trabalhos defendidos em programas de pós-graduação em História, além de três pertencentes a mestrados profissionais em História. Por fim, dois trabalhos apresentam como área de concentração o campo das Letras, um em Psicologia da Educação e um em Ensino e Relações Étnico-raciais.

A distribuição dos trabalhos mostra que 45% das pesquisas se concentram na área da educação, indicando que os programas de pós-graduação desse campo têm ganhado destaque no estudo do livro didático de História e da história da África. Essa predominância sugere uma demanda crescente por investigações que abordem tanto

práticas pedagógicas quanto os conteúdos históricos presentes nos materiais escolares.

Por outro lado, a concentração de pesquisas nesta área pode sugerir que as investigações historiográficas e as reflexões sobre o próprio ensino de História, especialmente aquelas que tratam das representações e abordagens relacionadas à história da África, não estão recebendo a atenção adequada na área de História. Essa possível negligência pode limitar o desenvolvimento de uma historiografia crítica que questione narrativas dominantes e busque incluir vozes e perspectivas frequentemente marginalizadas. A disparidade na distribuição dos trabalhos evidencia não apenas a relevância das pesquisas em educação, mas também a necessidade urgente de fortalecer a pesquisa acadêmica em ensino de História, de modo que as questões relacionadas ao ensino e à diversidade histórica sejam integradas de forma equilibrada e efetiva nas discussões acadêmicas contemporâneas.

É importante destacar que as pesquisas aqui mapeadas, desenvolvidas nos programas de pós-graduação em História, tiveram que se adequar às linhas de pesquisa já existentes, dado que não há áreas de concentração específicas ou linhas de pesquisa dedicadas ao ensino de História. Essa situação evidencia uma resistência por parte da comunidade de historiadores em reconhecer a relevância das investigações relacionadas à produção

didática e ao ensino de História como temas legítimos e válidos para a pesquisa.

Por conseguinte, nota-se uma visão tradicional que prioriza a pesquisa historiográfica em detrimento a abordagens que explorem como o conhecimento histórico é transmitido e recebido no cenário educacional. Essa perspectiva pode restringir o desenvolvimento de estudos que investiguem a prática docente, os recursos didáticos e as metodologias de ensino, elementos fundamentais para a formação de educadores historiadores aptos a abordar a História de maneira crítica.

A presença de três trabalhos de mestrados profissionais em História indica uma busca por uma abordagem prática e aplicada do conhecimento histórico, focada na atuação docente na Educação Básica e em sua formação continuada. Essa realidade revela uma relação complexa entre as questões de ensino e os cursos *stricto sensu* profissionalizantes, ao evidenciar um distanciamento da comunidade acadêmica de História em relação à percepção de que os programas acadêmicos, por sua natureza, são espaços de pesquisa mais rigorosos e consistentes. Em contrapartida, os cursos *stricto sensu* profissionalizantes em História estão predominantemente voltados para a qualificação do docente em História da Educação Básica, o que pode insinuar que suas pesquisas abordam temas de menor relevância para o conhecimento histórico científico.

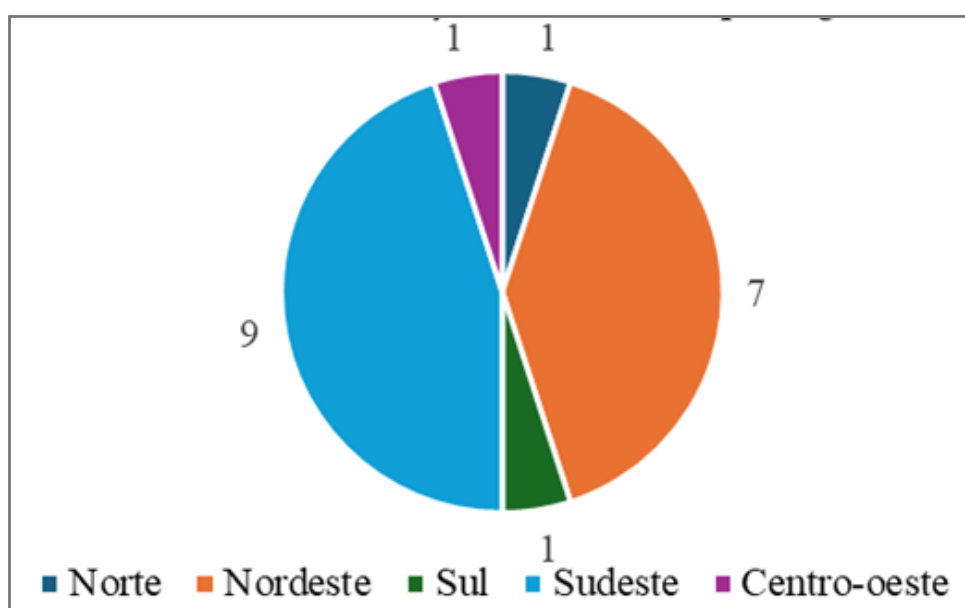
Essa percepção de hierarquia entre os saberes *stricto sensu* acadêmicos e profissionalizantes pode ser interpretados como uma forma de colonização do conhecimento, como referenciado por Maldonado-Torres (2018), na qual determinados campos de pesquisa são considerados mais válidos ou respeitáveis que outros. Tal dinâmica não apenas desvaloriza o potencial dos mestrados e doutorados profissionais em História, mas também limita a diversidade de abordagens que podem enriquecer o entendimento do conhecimento histórico e a sua aplicabilidade em contextos educacionais.

A inclusão de dois trabalhos na área de Letras, um em Psicologia da Educação e um em Ensino e Relações Étnico-raciais apontam para a diversidade nas áreas de concentração, embora em me-

nor escala. Essa diversidade enriquece o diálogo interdisciplinar, trazendo diferentes perspectivas e métodos de análise que podem beneficiar a compreensão e a interpretação dos fenômenos educacionais e históricos. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos trabalhos por regiões no Brasil.

A predominância de nove trabalhos na região Sudeste indica a concentração de programas de pós-graduação *stricto sensu* nessa área, já que o Sudeste foi uma das primeiras regiões a desenvolver e consolidar tais iniciativas no Brasil, conforme os dados estatísticos disponibilizados pela Plataforma Sucupira (2024). Essa tradição histórica na formação acadêmica criou um ambiente favorável à pesquisa e à produção de conhecimento, atraindo um número maior de estudantes e pesquisadores para a região.

Gráfico 1 – Distribuição dos trabalhos por região



Fonte: Autores (2025)

Em seguida, o Nordeste se destaca com sete trabalhos divulgados; em contrapartida, Norte, Sul e Centro-Oeste possuem apenas um trabalho publicado em cada região, o que evidencia uma grande disparidade em relação às demais. Essa distribuição desigual de pesquisas pode perpetuar a marginalização das vozes e histórias das áreas menos representadas, limitando a diversidade de perspectivas e a inclusão das realidades regionais nos debates acadêmicos sobre o ensino da história da África.

É imprescindível salientar que as pesquisas apresentadas na tabela anterior começaram a ganhar relevância a partir de 2008. Este movimento acadêmico emerge como uma resposta direta à promulgação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que instituíram a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas da Educação Básica no Brasil.

Assim, as teses e dissertações elaboradas abordam uma gama de aspectos. Por exemplo, o trabalho de Boulos Júnior (2008) analisa as representações da África e dos africanos – referindo-se no gênero masculino – nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental do PNLD de 2004. O autor revela algumas mudanças tímidas e a persistência de representações estereotipadas que se concentram no passado, destacando que há “Outra permanência ainda: o uso exaustivo de

imagens de Debret e Rugendas para ilustrar o cotidiano colonial; imagens fabricadas pelo olhar europeu do século XIX são reproduzidas de forma descontextualizada em livros didáticos do século XXI.” (BOULOS JÚNIOR, 2008, p. 183).

A representação da África e de seu povo nas iconografias contemporâneas, conforme o mesmo autor, é frequentemente empregada de forma ilustrativa, desconsiderando a menção ao tempo e lugar. É relevante destacar que Boulos Júnior (2008) se consagrou, no século XXI, como um dos autores mais influentes de livros didáticos de História, conquistando uma das maiores vendas junto ao MEC pelo PNLD nos anos de 2016, 2018 e 2020<sup>16</sup>. No entanto, o estudo de Santos (2020) sobre as coleções produzidas por Boulos Júnior em 2018 evidencia que o autor tende a perpetuar uma visão harmoniosa das relações entre as populações africanas e portuguesas, sobretudo, durante o período da escravidão no Brasil.

Essa abordagem é marcada por um paradoxo, pois, embora Boulos Júnior (2008) critique aspectos da colonização e suas repercussões em seu trabalho de doutorado, sua perspectiva acaba por seguir uma trilha similar àquela do colonizador nos livros didáticos de História de sua autoria. Ao oferecer uma narrativa que suaviza as tensões históricas e minimiza as injustiças inerentes a esse período, ele perpetua um discurso que pode ser interpretado como uma forma de convivência com as

mesmas estruturas opressivas que busca contestar. Tal postura não apenas desafia a profundidade crítica esperada de um historiador-escritor, mas também levanta questões sobre a autenticidade de sua crítica, levando a um debate mais amplo sobre as produções dos livros didáticos e as interferências das mãos de editores e demais construtores dessas obras.

Assim como Boulos Júnior (2008), os trabalhos de Borges (2009), Oliveira (2015), Santos (2018), Pereira (2018), Pereira (2019), Costa (2019), Lima (2020) e Ferreira (2021) também se debruçam sobre as representações da África e de seu povo. As demais investigações também tangenciam a verificação das representações do povo e continente africano, embora trilhem por caminhos distintos e entrelacem uma variedade de questões adicionais. Por exemplo, Araújo (2012) explora os diálogos interculturais presentes nos livros didáticos de História, enfatizando as interações entre as diversas culturas africanas. Por outro lado, Araújo (2021) oferece uma análise do processo de imperialismo e descolonização africana no panorama dos livros didáticos de história.

Com ênfase na aplicação da Lei nº 10.639, destacam-se os estudos de Marques (2015), que analisam as representações da história da África em livros didáticos à luz do conceito de civilização, no cenário da recepção dessa legislação. Ferrari (2016) investiga a presença da África e dos africa-

nos nos livros didáticos de História, discutindo as lacunas entre as prescrições legais e as práticas reais. Moraes Silva (2016) traz à tona a discussão sobre o ensino da História, focalizando o ensino da história da África e a cultura afro-brasileira no livro didático, a partir da experiência da escola José Caetano dos Santos, na comunidade quilombola São Vitor, em São Raimundo Nonato-PI. Em sua obra, Beloto (2019) aborda o material didático de História, em conformidade com a Lei nº 10.639/03, como uma política pública educacional voltada ao reconhecimento de grupos historicamente marginalizados. Por fim, Barbosa (2020) propõe uma reflexão sobre o ensino de História, defendendo uma educação que promova as relações étnico-raciais, ampliando a narrativa da história da África para além das limitações dos livros didáticos.

Para nós, três trabalhos destacam-se no mapeamento para a construção dessa pesquisa, sendo o primeiro de autoria de Sacramento (2013), intitulado *De 'gente da África' a 'nossos irmãos': quem são os negros nos livros didáticos de História do Brasil de Rocha Pombo e Viriato Corrêa?*; o segundo trabalho fora escrito por Santos (2018), sob o título *A história da África e cultura africana e afro-brasileira em livros didáticos da Educação de Jovens e Adultos*; por fim, destacamos a terceira obra, denominada *A história da África na escola, construindo olhares 'outros': as contribuições do manual do professor do livro didático de*

*História do Ensino Médio*, do autor Silva (2018).

O trabalho de Sacramento (2013) proporciona uma análise dos livros didáticos de História avaliados pela Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), instituída pelo Decreto-Lei nº 1.006, em 30 de dezembro de 1938. A autora investiga a obra *Nossa Pátria: narração dos factos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, de Rocha Pombo (1925), e *História do Brasil para crianças*, de Viriato Corrêa (1946), ambas publicadas nas primeiras décadas da República.

Ao explorar o discurso relacionado à figura da pessoa negra, Sacramento (2013) busca estabelecer conexões com as teorias raciais europeias que exerceram forte influência no Brasil entre os anos de 1870 e 1930, conforme argumenta Schwarcz (1993). Ao findar a escravidão, conforme Sacramento (2013), a elite intelectual brasileira enfrentou o desafio de construir a “nação” e sua “identidade” de maneira que incorporasse a população negra à sociedade brasileira, o que se daria, principalmente, por meio da escolarização. Para a autora, os livros didáticos seriam responsáveis pela disseminação da história do país e pela constituição do sentimento de nacionalidade.

Em sua análise, Sacramento (2013, p. 87) destaca que, em seu livro, Rocha Pombo apresenta os negros<sup>17</sup> como “gente da África”, rotulando-os de “selvagens” que habitavam um continente pri-

vado de liberdade, sob a tutela de reis cruéis. Pombo afirma que “[...] apenas os africanos não eram livres como os índios; tinham seus reis, chamados sobas, que com eles eram muito cruéis. Aqueles reis vendiam gente como se fosse gado. Sabendo disso, os nossos colonos mandavam lá comprar quantos queriam para os ajudarem nas plantações.” (SACRAMENTO APUD POMBO, 1925, p. 31).

Sacramento (2013) conclui que os livros didáticos de História do início da República retratavam a pessoa negra unicamente como escrava, apresentando características morais e culturais que reafirmavam a sua depreciação. Essa perspectiva, segundo os estudos de Santos (2020), continua a predominar nos livros didáticos de História do Ensino Médio do início do século XXI. No entanto, a autora também demonstra que, de forma gradual, outras ocupações começaram a ser reconhecidas, tais como professor/a, vendedor/a, poeta, agricultor/a, dançarina, musicista, atleta e executivo/a.

O trabalho de Santos (2018) destaca-se pela sua singularidade na investigação de livros didáticos voltados especificamente para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O autor se debruça na análise da história da África e da cultura africana e afro-brasileira nos materiais didáticos destinados ao 2º ciclo do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio da rede pública estadual de São Paulo para a EJA. Entre as obras analisadas estão a *Coleção*

*Tempo de Aprender* (2009); *História e Viver, Aprender História* (2009); *Cadernos de História*, do Programa de São Paulo Faz Escola (2009); a coletânea *EJA Mundo do Trabalho* (2012); *Cadernos de EJA* (2007) e a *ENCCEJA* (2006).

Concordamos com o autor ao afirmar que a inclusão da EJA no PNLD foi tardia<sup>18</sup>. No que se refere à representação da África e de seu povo, Santos (2018) afirma que os livros destinados à EJA oferecem informações escassas, distanciando-se das produções historiográficas contemporâneas. Além disso, esses materiais frequentemente utilizam imagens meramente ilustrativas que perpetuam a subalternidade de africanos e afro-brasileiros, como é o caso das imagens de Debret, que retratam o cotidiano colonial a partir de uma perspectiva eurocêntrica construída no século XIX, reforçando estereótipos (SANTOS, 2018).

Por fim, a dissertação de Silva (2018) realizou uma análise dos manuais do professor nos livros didáticos de História do Ensino Médio, pertencentes às coleções do PNLD 2015. Este estudo se destaca por ser o único a focar especificamente nos manuais do professor. Em diálogo com a perspectiva teórica e político-educacional dos Estudos Pós-Coloniais Latino-Americanos, a autora afirma que tais manuais contribuem com o docente à medida que apresentam as ideias de autores africanos, além de interpretações que abordam a história da África e de seu povo, dentro da sua diversidade.

Todavia, Santos (2018) argumenta que os manuais ainda são insuficientes em seu tratamento histórico e pedagógico, reconhecendo, de forma tímida, o papel da África e dos africanos na história, resultando na perpetuação das marcas do colonialismo. Por se tratar de um trabalho inserido no mestrado profissional, Santos (2018) desenvolveu um material de apoio voltado para docentes de História, um caderno de leitura intitulado de *As imagens da África em discussão: invenção e reinvenções*. Este caderno problematiza a construção de imagens sobre a África e seu povo, oferecendo não apenas sugestões de leitura sobre a cultura e história africanas, mas também orientações teórico-metodológicas para a prática pedagógica em sala de aula.

De modo geral, todos os trabalhos analisados convergem para a percepção de que os povos africanos ainda são, em certa medida, representados de forma estereotipada, mesmo com tentativas esporádicas de colocá-los como protagonistas de sua própria história. No entanto, essas abordagens ainda se afastam do que Asante (2009) define como afrocentricidade, ou seja, a centralização dos africanos e africanas na narrativa histórica, em pé de igualdade com os demais povos do nosso sistema-mundo.

Embora algumas mudanças tenham ocorrido com a implementação da Lei nº 11.645/2008, os autores são unânimes em afirmar que a prática

pedagógica continua sendo o espaço mais eficaz para resistir e transformar tais narrativas (BOULOS JÚNIOR, 2008); (BORGES, 2009); (OLIVEIRA, 2015); (SANTOS, 2018); (PEREIRA, 2018); (Pereira, 2019); (COSTA, 2019); (LIMA, 2020); (FERREIRA, 2021); (ARAÚJO, 2012); (Araújo, 2021); (MARQUES, 2015); (FERRARI, 2016); (MORAES SILVA, 2016); (BELOTO, 2019); (Barbosa, 2020); (SACRAMENTO, 2013); (SANTOS, 2018); (SANTOS, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contemplar essa trajetória de estudos, somos levados a reconhecer o livro didático de História como um documento vivo, capaz de revelar as tensões e os consensos que marcam a construção do saber histórico escolar, bem como as intenções e os valores que permeiam a educação de gerações. Esse mosaico revela as obras didáticas como espaços de criação simbólicos, produção histórica humana e registro da narrativa didático-histórica, configurando-se como um campo fértil para investigações sobre o conhecimento histórico escolar, especialmente no que tange ao ensino de história da África.

O currículo planejado, aqui destacado pelos livros didáticos, traduzem as diretrizes abrangentes do currículo prescrito – leis, normas e diretrizes – em ações tangíveis e recursos que são empregados no cotidiano escolar (SACRISTÁN, 2017). As

disputas em torno do currículo não são meramente acadêmicas; remetem e têm impacto em questões geopolíticas mais amplas do nosso sistema-mundo. Assim, surge a pergunta: a quem interessa perpetuar visões estereotipadas acerca da África e de seu povo? Acreditamos que essa manutenção se deve às influências de parte daqueles que participam da construção do PNLD e do próprio MEC, os quais ainda carregam em si discursos colonizadores, preconceituosos e racistas — um reflexo da sociedade brasileira em geral — que se ecoam nos livros didáticos.

Almejamos, portanto, a presença de figuras negras que possam conceber uma sociedade resistente às práticas coloniais e racistas, atuando nas decisões das políticas públicas educacionais no Brasil. Apenas assim, as lacunas evidenciadas nas pesquisas analisadas serão superadas, reconhecendo a relevância dos materiais didáticos de História na formação dos estudantes e na disseminação do conhecimento histórico. Essa mudança de perspectiva é essencial para desafiar as hierarquias estabelecidas e promover um diálogo mais amplo e enriquecedor entre as múltiplas abordagens da História e da educação.

Reafirmamos assim a importância deste trabalho, considerando **que os projetos** inseridos na agenda democrática do país, voltados à inclusão social de grupos historicamente marginalizados, encontram alicerce em estudos como este,

que exploram a relevância do conhecimento histórico sobre o continente africano nos manuais didáticos. Em síntese, o currículo transcende sua função de campo de dominação, emergindo também como um espaço de resistência. É imperativo que educadores e comunidades se engajem nas lutas por currículos mais representativos, desafiando as estruturas de poder colonial que perduram ao longo da história (GOMES, 2005).

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Cinthia Monteiro de. **Por Outras Histórias Possíveis: em busca de diálogos interculturais em livros didáticos de Histórias**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2012.
- ASANTE, Molefi K.. Afrocentricidade: Notas sobre uma Posição Disciplinar. In: NASCIMENTO, Eliza Larkin (org). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;
- BARBOSA, Johnatan dos Santos. **O livro didático da Educação do Campo: Identidade camponesa em atividades matemáticas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2021.
- BELOTO, Gisele Maria. **Material didático de História com vista à lei nº 10.639/03: uma construção de política educacional**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-graduação em Educação. Campinas, 2019.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. Org. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- BERUTTI, Flávio Costa. **MERCOSUL - Livros didáticos e documentação oficial: um paralelo necessário**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **A história do livro didático brasileiro**. São Paulo: Abrelivros, 2020.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BORGES, Jorgeval Andrade. **Ambígua África, memórias e representações da África antiga no livro didático**: Egito, reinos e impérios africanos. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Vitória da Conquista, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: SECAD, 2005;

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade a temática “História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: jun. 2019.

BUCHTIK, Lorena Marques Dagostin. **Tempo, evidência e historicidade e a aprendizagem histórica**. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - DAV - Diretoria de Avaliação. **CAPES**, 2020. Disponível em: <https://metadados.capes.gov.br/index.php/catalog/181>. Acesso em: 27/08/2024.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Univer-

sidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CATÁLOGO de Teses e Dissertações da Capes, Dados das Teses e Dissertações da Pós-Graduação.

**CAPE**S, 2024. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

Acesso em: 27/08/2024.

CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Cia das Letras, 2012;

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação & pesquisa**. São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COSTA E SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo**. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

COSTA, Rosivania de Jesus. **O ensino de História das Áfricas e o livro didático**: discursos, representações e o governo da conduta docente. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Ensino. Vitória da Conquista, Bahia. 2019.

CURSOS avaliados e reconhecidos por região. **Pla-**

**taforma sucupira**, 2024. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/>

quantitativoRegiao.jsf. Acesso em: 27/08/2024.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In.: KI-ZERBO, Joseph. (ed.) **História Geral da África**. Volume I: Metodologia e Pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

FARIAS JUNIOR, José Petrúcio de. A escrita da história antiga escolar na 'Era da Base': dos PCNs à BNCC: estudos introdutórios. In: Bertasi, Alessandra; Bueno, André. (Org.). **Ensinar História**: Políticas Educacionais e História do Ensino. 1ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, 2022.

FERRARI, Alice Rosa de Sena. **A África e os africanos em livros didáticos de história**: entre prescrições e realizações. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação. Presidente Prudente, 2016.

FERREIRA, Adínia Santana. **A história da África nos livros didáticos: reflexões sobre o PNLD 2018**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em História. Brasília, 2021.

FERREIRA, Danielle da Silva. Um silêncio historiográfico: o livro didático regional e as pesquisas acadêmicas. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 109-125, jan./jun. 2016.

FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. **O Arcaísmo como Projeto**: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, 4a. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2001;

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, pp. 98-109, Jan./Abr. 2012.

HISTÓRICO. **Fundo Nacional de Educação**, 2012. FNDE. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico#:~:text=PNLD%202010%3A&text=Para%](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico#:~:text=PNLD%202010%3A&text=Para%20o%20ensino%20m%C3%A9dio%2C%20foram,do%20PNLA%20ao%20PNLD%20EJA)

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico#:~:text=PNLD%202010%3A&text=Para%20o%20ensino%20m%C3%A9dio%2C%20foram,do%20PNLA%20ao%20PNLD%20EJA>. Acesso em: 27/08/2024.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **Imagens da África, dos africanos e seus descendentes em coleções didáticas aprovadas no PNLD de 2004**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo, 2008.

KLEIN, Herbert S. A África à época do tráfico de escravos no Atlântico. In: \_\_\_\_\_. **O tráfico de escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2006.

LACERDA, Eva Alves. **A arte afro-brasileira no livro didático**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, 2018;

LARA; Â. M. de B; MOLINA, A. A. Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. In: TOLEDO, C. de A. A; GONZAGA, M. T. C. (Org.). **Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: Eduem, 2011.

LEGISLAÇÃO do PNLD. **Fundo Nacional de Educação**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/legislacao>

programas/programas/programas-do-livro/pnld/legislacao-pnld. Acesso em: 27/08/2024.

LIMA, Ivã Dutra. **Representações da população negra na coleção história, sociedade e cidadania, para o ensino fundamental maior (2017 - 2019).**

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em História. São Luís, 2020.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003;

LIMA, Solimar OLIVEIRA. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-187).** Passo Fundo: UPF, 2005.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSGUÉL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MARQUES, Pedro Berutti. **Análise da história da África em livros didáticos em face do conceito de civilização no contexto de recepção da lei 10.639.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universida-

de Federal de Minas Gerais, Programa Pós-graduação em Educação. Belo Horizonte, 2015.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000;

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005;

NEVES, Rafael Martins. **A ditadura militar brasileira representada nos livros didáticos de História (1985-2014).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019.

OLIVEIRA, Alexandre Ferreira de. **A África, o negro e os afrodescendentes: uma proposta de avaliação da sua presença no livro didático.** Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação). Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Histórias da África e dos africanos na escola: as perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular.** Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010;

PEREIRA, Ailton Leal. **Livro didático de história do nono ano afinal, de qual África ele fala?**. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural). Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural. Alagoinhas, 2018.

PEREIRA, Pedro Sérgio. **A África e a população negra nos livros didáticos de História do Brasil: um estudo de obras didáticas para o ensino fundamental II**. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no Livro Didático de História do Brasil: três autores exemplares (1890-1930)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. São Paulo, 2009;

PIRES, Iracy Barbosa. **A Construção de uma Identidade: representações do negro no livro didático**. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010;

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 342-386, jan./jun. 2000.

ROSA, Flavio Cesar Oliveira da. **Análise textual dos discursos: responsabilidade enunciativa em res-**

**postas a questões de livros didáticos**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Natal, 2017;

SACRAMENTO, Cristina Carla. **De “gente da África” a “nossos irmãos”**: quem são os negros nos livros didáticos de História do Brasil de Rocha Pombo e Viriato Corrêa? Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São João Del-Rei, Programa de Pós-graduação em Educação. Minas Gerais, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS, Nádia Narcisa de Brito. **A cor(in)visível: representações acerca da negra e do negro a partir de abordagens interdisciplinares em livros didáticos (PNLD, Guia 2018)**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras). Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em História e Letras. Quixadá, 2020.

SANTOS, Pedro de Souza. **A história da África e cultura africana e afro-brasileira em livros didáticos da Educação de Jovens e Adultos**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São

Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2018.

SILVA, Elisângela Coêlho da. **A história da África na escola, construindo olhares “outros”**: as contribuições do manual do professor do livro didático de História do Ensino Médio. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado Profissional em Ensino de História. Recife, 2018.

SILVA, Emanuela de Moraes. **Ensino de história em debate**: a história da África e cultura afrobrasileira no livro didático e a escola José Caetano dos Santos na comunidade quilombola São Vitor – São Raimundo Nonato – Piauí. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Tocantins, Programa de Pós-graduação em História. Araguaína, 2016.

SILVA, Isaíde Bandeira da. **O livro didático de História no cotidiano escolar**. Curitiba: Appris, 2014.

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros**: escravidão e polícia na cidade de Teresina, século XIX. Teresina: EDUFPI, 2014;

SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma Flor**: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999;

SOARES, Jandson Bernardo. **Espaço escolar e livro didático de história no Brasil**: a institucionalização de um modelo a partir do Programa Nacional do Livro Didático (1994 a 2014). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em História. Natal, 2017.

SOMBRA, Luiz Henrique Alvez. **Longe de Deus e dos livros didáticos**: o ensino de história da América Hispânica no século XIX no ensino médio do Rio de Janeiro através da análise de textos e imagens nos manuais didáticos do PNLD (2018). Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestrado Profissional em Ensino de História. São Gonçalo, 2023.

## NOTAS

<sup>1</sup>As buscas foram conduzidas nos dias 13 e 27 de agosto de 2024. É importante ressaltar que consultas realizadas após essas datas podem gerar resultados diferentes, uma vez que o repositório da CAPES continua a ser atualizado com novos trabalhos acadêmicos. Isso implica em uma base de dados dinâmica, e as informações disponíveis podem mudar à medida que mais pesquisas são adicionadas ao acervo.

<sup>2</sup>Cabe aqui diferenciar compêndio e livro didático. Os compêndios, amplamente utilizados no século XIX, consistiam em obras didáticas concisas que sintetizavam, a partir das ciências de referência, o conhecimento sobre determinados temas, como, por exemplo, a história do Brasil. Trata-se, em linhas gerais, de manuais de ensino que se propunham condensar informações elementares a fim de tornar a produção científica acessível aos jovens. Nesse sentido, sua função é mais informativa do que educacional, já que não traziam atividades a partir dos conteúdos. Em contraste, o livro didático é a nomenclatura dada às obras elaboradas para guiar o processo de ensino-aprendizagem, alinhado a currículos específicos. Este material fornece explicações, exercícios práticos, atividades complementares e propostas de avaliação para facilitar o aprendizado contínuo e em sentido progressivo. Os livros didáticos passam por um rigoroso processo de avaliação, iniciado no Brasil em 1929, por meio do Instituto Nacional do Livro - INL

<sup>3</sup>Bittencourt (2008) afirma que o ensino secundário era estruturado em dois níveis: o curso ginasial, com duração de quatro anos, e o curso colegial, dividido em curso clássico e curso científico, ambos de natureza propedêutica, com uma duração superior a três anos.

<sup>4</sup>O PNLD, sigla para Programa Nacional do Livro

Didático, possui a denominação formal de Programa Nacional do Livro e do Material Didático, uma mudança que foi formalizada nos dispositivos legislativos do programa em 2017. Essa alteração no nome reflete a ampliação de seu escopo, que não se restringe apenas aos livros didáticos, mas também inclui uma variedade de outros materiais didáticos que podem ser utilizados nas escolas, exemplos: dicionários, materiais em braille, livros de literatura infantil (PNLD, 2023).

<sup>5</sup>No entanto, essa padronização também levanta questões sobre a diversidade de abordagens pedagógicas e a possibilidade de se adaptar os conteúdos às especificidades regionais e culturais dos diferentes contextos escolares brasileiros.

<sup>6</sup>“O conceito de “sistema-mundo” é um movimento de protesto dentro das ciências sociais eurocêntricas contra as análises que utilizam a categoria “sociedade”, entendida como equivalente ao “Estado-nação”. Outra maneira de dizer o mesmo seria usar a noção de “sociedade-mundo”, ou seja, a ideia de que vivemos em temporalidades e espacialidades de “sociedades globais”, e não de “sociedades nacionais”. A ideia da teoria do sistema-mundo é que existem métodos e estruturas sociais cujas temporalidades e espacialidades são mais amplos que as dos “Estados-nações”. Estes, em todo caso, capturam dentro de suas fronteiras, de forma ativa/passiva, singularidades de processos globais de ampla duração e ampla espacialidade que ocorrem “mais além” e “dentro” de suas fronteiras e estruturas, atravessando-as transversalmente. Tais processos ocorrem “dentro” das fronteiras dos Estados-nações e se referem a normas comunitárias de larga duração, por debaixo do Estado-nação, que em muitas ocasiões estão também conectadas a processos “mais além”, que ocorrem por cima do Estado-nação. A modernidade tem construído e privilegiado a “sociedade” sobre a “comunidade”, praticando o destrutivo “comunitaricídio” para encaixar todos nas “sociedades”, ficcionalmente chamadas

“nacionais”.” (GROSFOGUEL, 2023, p. 56).

<sup>7</sup>Atualmente, o campo historiográfico sobre a África está bem consolidado em centros de pesquisa ao redor do mundo, incluindo na Europa, América e África. Esses centros de pesquisa muitas vezes são liderados por especialistas de alto nível, com profundo conhecimento sobre a história africana em suas diversas dimensões. O acesso a fontes e recursos digitais também tem facilitado o intercâmbio de saberes e a colaboração entre pesquisadores de diferentes regiões do mundo. Isso tem permitido uma maior difusão do conhecimento sobre a história africana e tem contribuído significativamente para a formação de redes de pesquisa e cooperação internacional (Fage, 2010).

<sup>8</sup>Dessa mesma forma, universidades públicas e particulares foram obrigadas a inserir em seus currículos os estudos referentes à História da África, originando uma ampla demanda por pesquisas nessa área (Gomes, 2012).

<sup>9</sup>“A forma institucional do racismo implica práticas discriminatórias sistêmicas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas também são percebidas nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros, com imagens deturpadas e estereotipadas, quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas), a qual insiste em retratar os negros e outros grupos étnico-raciais que vivem uma história de exclusão de maneira indevida e equivocada.” (Gomes, 2005, p.53).

<sup>10</sup>Alguns trabalhos acadêmicos têm demonstrado os caminhos possibilitados pela Lei e o que ainda precisa **ser feito**. Ver: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabeti-

zação e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: SECAD, 2005; MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005; FERREIRA, Adinia Santana. **A história da África nos livros didáticos**: reflexões sobre o PNLD 2018. Tese (Doutorado em História). Brasil: Universidade de Brasília, 2021; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Histórias da África e dos africanos na escola**: as perspectivas para a formação dos professores de História quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010; GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

<sup>11</sup>“Contrário ao pensamento de que o racismo é uma ideologia ou uma superestrutura derivada das relações econômicas, a ideia de “colonialidade” estabelece que o racismo é um princípio organizador ou uma lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade. O racismo é um princípio constitutivo que organiza, a partir de dentro, todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano). Para a esquerda ocidentalizada, primeiro vem a economia e segundo o racismo, como epifenômeno da primeira.” (Grosfoguel, 2023, p. 59).

<sup>12</sup>Ver: MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda**

**Negra, Medo Branco:** o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão:** ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Cia das Letras, 2012; FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. **O Arcaísmo como Projeto:** Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, 4a. ed. RJ: Civilização Brasileira, 2001; LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas:** sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma Flor:** Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros:** escravidão e polícia na cidade de Teresina, século XIX. Teresina: EDUFPI, 2014; LIMA, Solimar OLIVEIRA. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: **Braço forte:** trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871). Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>13</sup>Veja alguns trabalhos: BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910).** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008; PIRES, Iracy Barbosa. **A Construção de uma Identidade: representações do negro no livro didático.** 2010. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010; SILVA, Isaíde Bandeira da. **O livro didático de História no cotidiano escolar.** Curitiba: Appris, 2014.

<sup>14</sup> Até o presente momento, temos conhecimento da existência dos seguintes programas acadêmicos em História que possuem linhas de pesquisa voltadas para o ensino de História: o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com a linha de pesquisa em Ensino de História e Saberes Históricos; o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com a linha de pesquisa em Historiografia e Ensino de História; e o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Londrina, cuja linha de pesquisa é História

e Ensino.

<sup>15</sup>Os mestrados e doutorados profissionais em História (ProfHistória) começaram a se materializar em 2012, mas se tornaram popular e uma alternativa atrativa aos docentes da Educação Básica na década de 2020. Esses cursos surgiram a partir do interesse de um grupo de professores do Estado do Rio de Janeiro pela proposta da CAPES relativa à criação de cursos de mestrado profissional em rede nacional, tendo como público-alvo os professores da Educação Básica que atuam nas redes públicas. Em abril de 2015 foi aberto o edital para adesão de novas instituições associadas ao ProfHistória. Foram aprovadas 18 instituições, distribuídas da seguinte forma: três na Região Centro-Oeste (Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Federal de Mato Grosso e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul); cinco no Nordeste (Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Regional do Cariri e Universidade Federal do Rio Grande do Norte); duas no Norte (Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amapá); quatro no Sudeste (Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de São Paulo, Universidade de São Paulo e Universidade Federal de Minas Gerais) e quatro no Sul (Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual do Paraná). Para mais informações, consulte o site oficial do ProfHistória: <https://site.profhistoria.com.br/historico/>

<sup>16</sup>Esses dados foram consultados no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), entre os anos de 2018 e 2024, como parte do desenvolvimento de nossas pesquisas de mestrado e doutorado.

<sup>17</sup>Referindo-se exclusivamente ao gênero masculino e insinuando a ausência de uma mulher negra.

<sup>18</sup>Dados do FNDE (2021) indicam que foi apenas em 2009 que se iniciou a distribuição de livros didáticos da EJA pelo PNLD. Nos anos subsequentes, essa distribuição foi gradualmente ampliada.

<sup>19</sup>Um desses projetos refere-se ao Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), lançado em novembro de 2023. O Programa se concentra em propor novas políticas públicas de ações afirmativas e/ou realizar ajustes nas políticas existentes para fortalecê-las e aprimorá-las dentro da esfera da administração pública federal direta. Dentre seus objetivos está a valorização da contribuição de pessoas negras, quilombolas, com deficiência, indígenas e mulheres na formação da sociedade brasileira. Ver mais em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/acoes-afirmativas>.